

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação à Quinta Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Quarta Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Terceira Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Segunda Edição</i>	XX
<i>Apresentação</i>	XXI
Capítulo I – Estado	1
1.1. Território	2
1.2. Povo	3
1.3. Governo	3
1.4. Origem e justificação do Estado	4
1.4.1. Estado Antigo	6
1.4.2. Estado Grego	6
1.4.3. Estado Romano	7
1.4.4. Estado Medieval	8
1.5. O Estado Moderno	9
1.6. O Estado Liberal e o Estado Social	10
1.7. Globalização	11
1.8. Pós-modernidade e a crise do direito legislado	12
Capítulo II – Poder Constituinte	17
2.1. Poder Reformador	19
2.2. Poder Decorrente e suas limitações	20
2.3. Modificação pela mutação constitucional	25
Capítulo III – Constituição	29
3.1. Força normativa	31
3.2. Sistemas constitucionais	34
3.2.1. Sistema inglês	35
3.2.2. Sistema francês	36
3.2.3. Sistema norte-americano	37
3.3. Neoconstitucionalismo	38
3.3.1. O papel dos direitos fundamentais no neoconstitucionalismo	41
3.4. Visão sociológica da Constituição	43
3.5. Visão jurídica da Constituição	44
3.6. Visão política da Constituição	45
3.7. Características da Constituição	46
3.8. Classificações das Constituições	48
3.8.1. Quanto ao conteúdo	48
3.8.1.1. Constituição material	48
3.8.1.2. Constituição formal	49
3.8.2. Quanto à origem	50

3.8.2.1. Constituição promulgada	50
3.8.2.2. Constituição outorgada	51
3.8.3. Quanto à forma	51
3.8.3.1. Constituição costumeira	51
3.8.3.2. Constituição escrita	51
3.8.4. Quanto à estabilidade	52
3.8.4.1. Constituição rígida	52
3.8.4.2. Constituição flexível	52
3.8.4.3. Constituição semi-rígida	52
3.8.4.4. Constituição imutável	52
3.8.4.5. Constituição fixa	53
3.8.5. Quanto à extensão	53
3.8.5.1. Constituição sintética	53
3.8.5.2. Constituição analítica	53
3.8.6. Quanto ao modo de elaboração	54
3.8.6.1. Constituição dogmática	54
3.8.6.2. Constituição histórica	54
3.9. Outros tipos de classificações	54
3.10. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material.	56
3.11. Histórico das Constituições brasileiras	56
3.11.1. Constituição de 1824.	56
3.11.2. Constituição de 1891.	59
3.11.3. Constituição de 1934.	59
3.11.4. Constituição de 1937.	60
3.11.5. Constituição de 1946.	61
3.11.6. Constituição de 1967/1969	62
3.11.7. Constituição de 1988	63
3.11.8. A Constituição de 1988 e seu papel dirigente	65
3.12. Interpretação constitucional.	66
3.12.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição	67
3.12.2. Peculiaridades da interpretação constitucional	68
3.12.3. Inicialidade da Constituição	69
3.12.4. Conteúdo político	69
3.12.5. Linguagem em forma sintética	70
3.12.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição	70
3.12.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais	71
3.12.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional	71
3.12.9. Classificação da interpretação quanto à origem	72
3.12.10. A tópica de Theodor Viehweg.	72
3.12.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller	73
3.13. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico	74
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais	79
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta	81
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena	82
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada	83
4.4. Normas programáticas	83
4.5. Normas de princípios institutivos	85
4.6. Normas de eficácia contida	86
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo	89
5.1. Desconstitucionalização.	89
5.2. Repristinção	90

5.3. <i>Vacatio constitutionis</i>	90
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais	91
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional	93
Capítulo VII – Princípios Fundamentais	97
7.1. Princípios e regras	97
7.1.1. “Conceitos jurídicos indeterminados”	100
7.2. Princípios fundamentais	101
7.3. Regime democrático	102
7.4. Formas de Estado: unitário e federal	104
7.5. Formas de governo: monarquia e república	106
7.5.1. Republicanismo	108
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo	111
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil	113
7.7.1. Soberania	113
7.7.2. Cidadania	116
7.7.3. Dignidade da pessoa humana	117
7.7.3.1. Fundamentação do princípio da dignidade humana	119
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	119
7.7.5. Pluralismo político	120
7.8. Legitimação do poder	121
7.9. Separação de poderes	122
7.10. Objetivos fundamentais	123
7.11. Princípios constitucionais internacionais	124
Capítulo VIII – Teoria Geral dos Direitos Humanos	127
8.1. Introdução	127
8.2. Direitos humanos	127
8.3. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais	130
8.4. Retrospectiva histórica dos direitos humanos	135
8.5. Classificação dos direitos humanos	138
8.6. Evolução dos direitos humanos	139
8.7. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos humanos	143
8.7.1. Dimensão subjetiva	143
8.7.2. Dimensão objetiva	144
8.8. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	144
8.9. Funções dos direitos humanos	145
8.9.1. Função de defesa	145
8.9.2. Função de prestação	146
8.9.3. Função de proteção perante terceiros	146
8.9.4. Função de não-discriminação	146
8.10. Características dos direitos humanos	147
8.10.1. Historicidade	147
8.10.2. Universalidade	147
8.10.3. Inalienabilidade	148
8.10.4. Imprescritibilidade	148
8.10.5. Irrenunciabilidade	148
8.10.6. Limitabilidade	149
8.10.7. Concorrência	149
8.10.8. Constitucionalização	149
8.11. Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade	150
8.12. Eficácia horizontal dos direitos humanos (<i>Drittwirkung</i>)	153

Capítulo IX – Direitos Individuais e Coletivos	155
9.1. Direito à vida	157
9.1.1. Quando começa a vida humana	158
9.2. Direito à liberdade	160
9.3. Isonomia	161
9.4. Isonomia de sexo	164
9.5. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	165
9.6. Princípio da legalidade	168
9.6.1. Jurisprudencialização	170
9.7. Direito de resistência	172
9.8. Princípio da liberdade de locomoção	173
9.9. Princípio da liberdade profissional	174
9.10. Princípio da liberdade de pensamento	174
9.10.1. Pensamento	174
9.10.2. Direito à informação pelos órgãos públicos	175
9.10.3. Liberdade de expressão de pensamento	175
9.10.4. Restrições à liberdade de pensamento	176
9.10.5. Ressarcimento do dano	177
9.10.6. Liberdade de consciência	179
9.10.7. Liberdade de crença	179
9.10.8. Escusa de consciência	180
9.11. Direito de privacidade	181
9.12. Direito à inviolabilidade de domicílio	182
9.13. Direito de inviolabilidade de comunicação	184
9.14. Direitos coletivos	187
9.14.1. Direito de reunião	187
9.14.2. Direito de associação	188
9.15. Direito de propriedade e sua função social	189
9.15.1. Exceções ao direito de propriedade	190
9.15.2. Defesa da pequena propriedade rural	191
9.15.3. Direito à herança	191
9.15.4. Propriedade imaterial	192
Capítulo X – Garantias Constitucionais Processuais	195
10.1. Direito processual constitucional e direito constitucional processual	195
10.2. Direito de petição	196
10.3. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário	197
10.4. Duplo grau de jurisdição	198
10.5. Princípio da irretroatividade mitigada	199
10.6. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural	201
10.7. Soberania do Tribunal do Júri	201
10.7.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i> , <i>b</i> e <i>c</i> , da CF)	202
10.8. Princípio da legalidade penal	203
10.9. Crime de racismo e crimes hediondos	204
10.10. Penas permitidas e proibidas	205
10.11. Princípio do devido processo legal	207
10.12. Vedação à extradição de nacionais	209
10.13. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF)	212
10.14. Prisão civil	214
10.15. Direito à duração razoável do processo	215

Capítulo XI – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais	217
11.1. <i>Habeas corpus</i>	219
11.2. Mandado de segurança	222
11.2.1. Procedimento do mandado de segurança	224
11.2.2. Mandado de segurança coletivo	226
11.3. Mandado de injunção	230
11.4. <i>Habeas data</i>	235
11.4.1. Fase pré-processual	237
11.4.2. Fase judicial	238
11.5. Ação popular	238
11.6. Ação civil pública	240
11.6.1. Competência	242
11.6.2. Legitimidade	243
11.6.3. Inquérito civil	244
11.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta	244
11.6.5. Coisa julgada	245
11.6.6. Sucumbência	245
Capítulo XII – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplificativo	247
12.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais	247
12.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais	248
12.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais	249
12.4. A jurisdição do Tribunal Penal Internacional	251
Capítulo XIII – Direitos Sociais	253
13.1. Definição dos direitos sociais	255
13.1.1. Direitos individuais dos trabalhadores	257
13.1.2. Garantia de emprego	257
13.1.3. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	258
13.1.4. Seguro-desemprego	258
13.1.5. Salário mínimo	258
13.1.6. Condições dignas de trabalho e repouso e inatividade	259
13.1.7. Proteção	261
13.1.8. Estipulação da jornada de trabalho	262
13.1.9. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho	262
13.1.10. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	263
13.1.11. Proteção em face da automação	263
13.1.12. Participação nos lucros e co-gestão	263
13.1.13. Vantagens salariais	265
13.1.14. Vedações nas relações trabalhistas	266
13.1.15. Prazo prescricional	268
13.2. <i>Entrenchment</i> dos direitos sociais	268
13.2.1. Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	272
13.2.2. Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais	273
13.2.3. Reserva do possível	277
13.3. Direitos coletivos dos trabalhadores	279
13.3.1. Liberdade de associação profissional ou sindical	279
13.3.2. Liberdade sindical	279
13.3.3. Liberdade de adesão sindical	280

13.3.4. Liberdade de atuação sindical	280
13.3.5. Proteção aos dirigentes sindicais	280
13.3.6. Greve	280
13.3.7. Substituição processual	282
13.3.8. Participação laboral	282
13.3.9. Representação na empresa	282
Capítulo XIV – Nacionalidade	283
14.1. Exceções ao <i>jus soli</i>	285
14.2. Formas de naturalização	286
14.3. Princípio da reciprocidade	287
14.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	287
14.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados	288
14.6. Perda da nacionalidade do brasileiro	288
14.7. Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	289
14.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira	289
14.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	291
14.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	291
14.11. Língua oficial e símbolos nacionais	292
Capítulo XV – Direitos Políticos	293
15.1. A soberania popular e a soberania da nação	293
15.2. Legitimação democrática	294
15.3. Institutos da democracia participativa	295
15.4. Representação política	297
15.5. Sistemas eleitorais	298
15.6. Alistamento eleitoral e voto	299
15.7. Condições de elegibilidade	299
15.8. Reeleição	300
15.9. Inelegibilidade	301
15.10. Elegibilidade do militar	303
15.11. Ação de impugnação	304
15.12. Perda e suspensão dos direitos políticos	304
15.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	305
Capítulo XVI – Partidos Políticos	307
16.1. Histórico	307
16.2. Criação	308
16.3. Princípios partidários	309
16.4. Quociente eleitoral	310
16.5. Fidelidade partidária	311
16.6. Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária	314
16.7. Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.526/2007	316
Capítulo XVII – Organização Político-Administrativa	317
17.1. Desmembramento dos Estados-membros e dos Municípios	317
17.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-membro	318
17.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município	318
17.2. Vedações aos entes federativos	319
17.3. Bens da União	320

Capítulo XVIII – Competência Federativa	323
18.1. Competência exclusiva da União	325
18.2. Competência privativa	327
18.3. Competência comum	328
18.4. Competência concorrente	330
18.5. Competência dos Estados federados	332
18.5.1. Competência residual	332
18.5.2. Competência de organização administrativa	332
18.6. Conflito na repartição de competência	333
18.7. Bens dos Estados-membros	334
18.8. Organização política dos Estados-membros	334
18.9. A estrutura constitucional dos Municípios	335
18.10. Competência municipal	336
18.11. Organização política dos Municípios	340
18.12. Fiscalização municipal	343
18.13. Distrito Federal	344
18.14. Territórios	345
Capítulo XIX – Intervenção	347
19.1. Intervenção estadual e municipal	348
19.2. Tipos de intervenção	349
19.3. Concretização da intervenção	350
19.4. Limites da intervenção federal	352
19.5. Natureza da intervenção	353
19.6. Motivos da intervenção nos Estados	353
19.7. Motivos da intervenção nos Municípios	354
19.8. Requisitos para a decretação da intervenção	356
Capítulo XX – Administração Pública	359
20.1. Princípios da administração pública	359
20.1.1. Princípio da legalidade	360
20.1.2. Princípio da moralidade	360
20.1.3. Princípio da impessoalidade	361
20.1.4. Princípio da publicidade	361
20.1.5. Princípio da eficiência	362
20.2. Princípios implícitos da administração pública	363
20.2.1. Princípio da supremacia do interesse público	363
20.2.2. Princípio da finalidade	363
20.2.3. Princípio da motivação	364
20.2.4. Princípio da responsabilidade estatal	364
20.3. Investidura na administração pública	365
20.4. Direito de greve dos servidores públicos	368
20.5. Remuneração dos servidores públicos	369
20.6. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público	371
20.7. Improbidade administrativa	373
20.8. Responsabilidade da administração pública	374
20.9. Regime previdenciário dos servidores públicos	376
20.10. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	378
20.11. Previdência complementar	378
20.12. Aposentadoria dos futuros servidores	379
20.13. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais	381

20.14. Aposentadoria proporcional	382
20.15. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição	383
20.16. Abono de permanência	385
20.17. Novas regras das pensões	386
20.18. Teto salarial	387
20.19. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal	389
20.20. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo	390
20.21. Aposentadoria especial	391
20.22. Doenças incapacitantes	391
20.23. Contribuição dos inativos	392
20.23.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos	393
20.24. A contribuição dos inativos e o direito adquirido	394
20.25. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária	397
20.26. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	399
20.27. Perda de cargo ou emprego público	401
20.28. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	402
Capítulo XXI – Regiões	403
Capítulo XXII – Poder Legislativo	405
22.1. <i>Quorum</i>	408
22.2. Atribuições do Congresso Nacional	409
22.2.1. Atribuição legislativa imprópria	410
22.2.2. Atribuição legislativa própria	411
22.2.3. Direito de convocação	412
22.2.4. Direito de audiência	413
22.2.5. Direito de informação administrativa	413
22.3. Atribuições da Câmara dos Deputados	413
22.4. Atribuições do Senado	414
22.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato	416
22.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	419
22.5.2. Extensão da imunidade	421
22.5.3. Impedimentos dos parlamentares	422
22.5.4. Perda do mandato	423
22.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos	424
22.5.6. Licenças	425
22.6. Reunião	425
22.6.1. Sessões extraordinárias	427
22.6.2. Sessões conjuntas	427
22.7. Comissão representativa	429
22.8. Comissões	429
22.9. Comissões Parlamentares de Inquérito	430
22.9.1. Princípio da colegialidade	433
Capítulo XXIII – Processo Legislativo	435
23.1. Da não-existência de hierarquização no art. 59 da CF	436
23.2. Emendas constitucionais	438
23.2.1. Limites materiais	438
23.2.2. Limites temporais	441
23.2.3. Limites circunstanciais	441
23.2.4. Procedimento das emendas	443

23.3. Leis complementares	445
23.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário	446
23.5. Procedimento sumário	454
23.6. Procedimento sumaríssimo	455
23.7. Procedimento legislativo abreviado.	455
23.8. Procedimento legislativo concentrado	455
23.9. Procedimento legislativo especial	455
23.10. Leis delegadas	456
23.11. Medidas provisórias	457
23.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores	464
23.12. Lei federal e lei nacional	465
23.13. Decretos legislativos e resoluções	465
23.14. Tratados internacionais	466
23.15. Leis orçamentárias	468
Capítulo XXIV – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.	471
Capítulo XXV – Poder Executivo.	477
25.1. Competência do Presidente da República	479
25.2. Ministros de Estado	482
25.3. <i>Impeachment</i>	482
25.3.1. Histórico	482
25.3.2. Crimes de responsabilidade	484
25.3.3. Crimes comuns	485
25.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade	485
25.3.5. Procedimento nos crimes comuns.	487
25.3.6. Sanção.	488
25.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República.	488
25.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns	489
25.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns.	489
Capítulo XXVI – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	491
26.1. Conselho da República	491
26.2. Conselho de Defesa Nacional	492
Capítulo XXVII – Poder Judiciário	495
27.1. Estrutura do Poder Judiciário.	495
27.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	499
27.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento	501
27.4. Recusa do juiz mais antigo	503
27.5. Impedimento de promoção	504
27.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau.	505
27.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	505
27.8. Obrigatoriedade de residência na comarca	506
27.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados.	507
27.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial	508
27.11. Agilização da prestação jurisdicional.	510
27.12. Quinto constitucional nos tribunais	512
27.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz	513
27.14. Autonomia do Poder Judiciário	514

27.15. Supremo Tribunal Federal	516
27.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	520
27.17. Súmula vinculante	521
27.18. Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal	524
27.19. Controle “externo” do Poder Judiciário	530
27.20. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	533
27.21. A Resolução nº 7, do Conselho Nacional de Justiça	534
27.22. Superior Tribunal de Justiça	534
27.23. Recurso extraordinário e recurso especial	539
27.24. Repercussão geral dos recursos extraordinários	541
27.25. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	543
27.25.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	546
27.26. Tribunais e juízes do trabalho	547
27.26.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho	547
27.26.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	549
27.26.3. Varas da Justiça do Trabalho	549
27.26.4. Competência da Justiça do Trabalho	549
27.26.5. Tribunais Regionais do Trabalho	557
27.27. Tribunais e juízes eleitorais	558
27.28. Tribunais e juízes militares	560
27.29. Tribunais e juízes dos Estados	562
27.30. Precatórios	564
Capítulo XXVIII – Jurisdição Constitucional	569
28.1. Conceito de jurisdição	569
28.2. Classificação da jurisdição	570
28.3. Definição de jurisdição constitucional	572
28.4. Natureza da jurisdição constitucional	573
28.5. Função da jurisdição constitucional	575
Capítulo XXIX – Controle de Constitucionalidade	579
29.1. Fundamentação	579
29.2. Natureza do ato declarado inconstitucional	581
29.3. Histórico	582
29.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras	584
29.5. Órgãos de controle de constitucionalidade	586
29.6. Tipos de inconstitucionalidade	588
29.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade	592
29.8. Controle das normas constitucionais no tempo	595
29.9. Extensão da inconstitucionalidade	597
29.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn	598
29.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	601
29.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	607
29.13. Ação direta interventiva	610
29.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	612
29.14.1. Competência	614
29.14.2. Inovações	615
29.14.3. Procedimento	616
29.14.4. Princípio da subsidiariedade	618
29.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão	620
29.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	622

29.15. Controle difuso ou por via de exceção.	623
29.16. Modulação de efeitos em sede de controle difuso	628
29.17. Transcendência dos motivos em ações diretas.	630
29.18. Efeito vinculante em sede de controle difuso?	631
29.19. O controle difuso e a reserva de plenário.	633
29.20. Controle de constitucionalidade em nível estadual e municipal	635
29.21. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.	637
29.22. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade).	639
29.23. Bloco de constitucionalidade.	646
29.24. Inconstitucionalidade da coisa julgada	649
Capítulo XXX – Funções Essenciais à Justiça	653
30.1. Ministério Público	653
30.1.1. Natureza do Ministério Público	655
30.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF)	656
30.1.2.1. Unidade	656
30.1.2.2. Indivisibilidade	657
30.1.2.3. Independência funcional	657
30.1.3. Garantias	658
30.1.3.1. Vitaliciedade.	658
30.1.3.2. Inamovibilidade	659
30.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios	659
30.1.4. Vedações	659
30.1.5. Autonomia administrativa e funcional	660
30.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público.	661
30.1.7. Provimento	662
30.1.8. Funções institucionais.	662
30.2. Controle “externo” do Ministério Público.	663
30.3. Advocacia pública	665
30.4. Advogados	667
30.5. Defensoria Pública	669
30.6. Autonomia da Defensoria Pública	671
Capítulo XXXI – Estado de Excepcionalidade Legal.	673
31.1. Histórico.	674
31.2. Estado de defesa.	675
31.3. Motivos para a instalação do estado de defesa	676
31.4. Medidas do estado de defesa	676
31.5. Estado de sítio	677
31.6. Motivos para a instalação do estado de sítio	678
31.7. Medidas do estado de sítio.	679
31.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	680
Capítulo XXXII – Forças Armadas.	681
Capítulo XXXIII – Segurança Pública	687
Capítulo XXXIV – Sistema Tributário Nacional	691
34.1. Princípios gerais.	691
34.1.1. Conceito de tributo	691

34.1.2. Espécies de tributos	692
34.1.2.1. Impostos	692
34.1.2.2. Taxas	693
34.1.2.3. Contribuição de melhoria	693
34.1.3. Capacidade contributiva	694
34.1.4. Regulamentação através de lei complementar	694
34.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte	695
34.1.6. Arrecadação no Território Federal	695
34.1.7. Empréstimo compulsório	696
34.1.8. Contribuições	696
34.2. Limitações ao poder de tributar	698
34.2.1. Princípio da legalidade tributária	698
34.2.2. Princípio da isonomia	698
34.2.3. Princípio da irretroatividade	699
34.2.4. Princípio da anterioridade	699
34.2.5. Princípio da noventena	700
34.2.6. Princípio da proibição de confisco	700
34.2.7. Liberdade de tráfego	701
34.2.8. Imunidade tributária	702
34.2.8.1. Imunidade recíproca	702
34.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza	703
34.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos	703
34.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	704
34.3. Exoneração tributária	704
34.4. Substituição tributária	704
34.5. Vedações à União	705
34.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	705
34.7. Impostos da União	706
34.7.1. Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	706
34.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza	706
34.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados	707
34.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	707
34.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	708
34.7.6. Imposto sobre grandes fortunas	709
34.7.7. Competência residual e impostos extraordinários	709
34.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	709
34.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação	709
34.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS	710
34.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	711
34.9. Impostos municipais	712
34.9.1. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	712
34.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i>	712
34.9.3. Imposto sobre Serviços – ISS	713
34.10. Repartição das receitas tributárias	713
34.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal	714
34.10.2. Repartição direta aos Municípios	714
34.10.3. Repartição indireta por parte da União	715
34.10.4. Vedação de retenção	715
Capítulo XXXV – Finanças Públicas	717
35.1. Normas gerais	717

35.2. Leis orçamentárias	719
35.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias	721
35.4. Vedações às leis orçamentárias	722
35.5. Despesas de pessoal	724
Capítulo XXXVI – Da Ordem Econômica e Financeira	727
36.1. Dos princípios gerais da atividade econômica	728
36.2. Intervenção do Estado na economia	731
36.3. O Estado como agente normativo	733
36.4. Prestação de serviço público por parte do Estado	734
36.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	735
36.6. Política urbana	737
36.7. Desapropriação de imóveis urbanos	738
36.8. Usucapião urbano	739
36.9. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	739
36.10. Usucapião rural	741
Capítulo XXXVII – Sistema Financeiro Nacional	743
37.1. Correção da impropriedade temática	743
37.2. Nova estruturação do art. 192	744
37.3. Modificação do art. 52 do ADCT	746
Capítulo XXXVIII – Ordem Social	747
38.1. Seguridade social	748
38.1.1. Diversidade de financiamento	748
38.2. Saúde	750
38.2.1. Conceituação do direito à saúde	753
38.2.2. Efetivação do direito à saúde	756
38.3. Previdência Social	759
38.4. Assistência social	763
38.5. Educação	764
38.6. Cultura	768
38.7. Desporto	770
38.8. Ciência e tecnologia	772
38.9. Comunicação social	773
38.10. Meio ambiente	776
38.11. Família	781
38.12. Índios	784
Bibliografia	787
